

EXTREMOS DO REAJUSTE: MENOS DE R\$ 50 E MAIS DE R\$ 1.000

Se projeto de Zema for aprovado pela Assembleia, 42 mil servidores terão o menor aumento salarial, enquanto cerca de R\$ 2 mil receberão o maior

GABRIEL ROMAN

Cerca de 42 mil servidores do governo de Minas receberão, em média, menos de R\$ 50 de reajuste salarial, se o Projeto de Lei 2.309/2024, de autoria do Executivo estadual, for aprovado pela Assembleia Legislativa. A proposta já foi aprovada em primeiro turno na última quarta-feira, com aumento de 3,62% para todo o funcionalismo independentemente da faixa salarial. Os números são do Portal da Transparência e foram consolidados pelo Núcleo de Dados do Estado de Minas.

Pelo projeto do governo, o reajuste médio de R\$ 47,22 será concedido aos 42.468 auxiliares de serviços de educação básica, caso o texto atual seja sancionado. Eles recebem, em média, R\$ 1.304,45, portanto abaixo do salário mínimo de R\$ 1.412. São os homens e mulheres que limpam, servem merenda e trabalham como porteiros(as) em escolas da rede estadual. Esse aumento inferior a R\$ 50 não seria suficiente para comprar dois pratos-feitos em Belo Horizonte, conforme a cotação média de R\$ 25,80 informada pelo site Mercado Mineiro em sua última pesquisa. Pagaria nove passagens de ônibus das linhas intermediárias na capital mineira, hoje vendidas a R\$ 5,25.

Ao mesmo tempo, são 29 cargos recebendo menos de R\$ 100 de reajuste médio. Dessas posições, aquela com mais servidores é o assistente técnico de educação básica: 21.015 pessoas. Com vencimento médio de R\$ 2.385,13, esses funcionários públicos receberiam R\$ 86,34 de aumento, o suficiente para comprar três pratos-feitos em BH. Também pagaria 16 passagens de ônibus das linhas intermediárias da cidade.

Por outro lado, 2.129 servidores do governo de Minas terão mais de R\$ 1 mil de reajuste mé-



PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: DEPUTADOS PODEM APROVAR NESTA SEMANA O PROJETO DE LEI 2.309/2024, QUE CONCEDE 3,62% DE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES

FUNCIONALISMO ESTADUAL

Os 10 cargos mais e menos remunerados em Minas Gerais

Cargo	Remuneração (R\$)	Reajuste proposto	Nova remuneração	Número de servidores
Coronel	41.153,19	1.489,75	42.642,94	57
Auditor fiscal da Receita estadual	36.168,49	1.309,30	37.477,79	1.304
Procurador do estado	34.989,37	1.266,62	36.255,99	439
Tenente-coronel	33.488,15	1.212,27	34.700,42	302
Advogado autárquico	28.986,72	1.049,32	30.036,04	27
Maior	24.699,83	894,13	25.593,96	469
Gestor fazendário	23.132,23	837,39	23.969,62	782
Capitão	22.091,99	799,73	22.891,72	958
Delegado de polícia	21.615,31	782,47	22.397,78	1.118
Perito criminal	21.392,25	774,40	22.166,65	651
Auxiliar de gestão artística	2.126,70	76,99	2.203,69	4
Técnico de saúde e tecnologia	1.860,55	67,35	1.927,90	45
Auxiliar adm. da Polícia Militar	1.768,59	64,02	1.832,61	471
Técnico operacional da saúde	1.703,98	61,68	1.765,66	566
Técnico universitário da saúde	1.698,36	61,48	1.759,84	26
Assistente técnico Hemominas	1.545,07	55,93	1.601,00	224
Agente governamental	1.414,48	51,20	1.465,68	25
Técnico universitário	1.408,89	51,00	1.459,89	117
Professor de artes	1.392,58	50,41	1.442,99	40
Auxiliar de serviços de educação básica	1.304,45	47,22	1.351,67	42.468

FONTE: PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NÚCLEO DE DADOS DO ESTADO DE MINAS

dio com a aprovação do projeto. São 57 coronéis (aumento médio de R\$ 1.489,75), 1.304 auditores fiscais (R\$ 1.309,30), 439 procuradores do estado (R\$ 1.266,62), 302 tenentes-coronéis (R\$ 1.212,27) e 27 advogados autárquicos (R\$ 1.049,32) nessas condições. Esses cargos têm vencimento médio entre R\$ 28.986,72 e R\$ 41.153,19.

Os dados consideram a folha de mão de governo de Minas, a última disponível no Portal da Transparência. Os valores apresentados consideram o salário-base, portanto não acumulam os auxílios aos quais os servidores estaduais têm direito. O impacto financeiro anual com o reajuste geral será de R\$ 1,72 bilhão e serão beneficiados mais de 610 mil servidores.

A revisão salarial também abrange os contratos temporários vigentes, cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e gratificações de função. A proposta ainda prevê que a recomposição salarial seja retroativa a janeiro de 2024.

O governo de Minas fechou 2023 com a despesa de pessoal acima do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com os números apresentados em janeiro deste ano, 51,4% da receita corrente líquida do ano passado foi destinada ao pagamento do funcionalismo público. O limite, conforme a legislação, é de 49%. Segundo a lei, só é possível a concessão de revisão geral da remuneração com aplicação do mesmo percentual e mesma data de vigência para todas as categorias.

ABAIXO DA INFLAÇÃO

O reajuste de 3,62% está abaixo da inflação acumulada no ano passado, quando o IPCA fechou em 4,62%. O texto passou em primeiro turno com 54 votos favoráveis e nenhum contrário na Assembleia Legislativa, mas os deputados estaduais ainda analisam emendas ao projeto, que devem ser votadas na semana que vem.

O líder da situação, João Magalhães (MDB), pediu que o quórum fosse verificado e apenas 33 dos 77 parlamentares responderam à chamada. Com isso, a análise das possíveis alterações foi adiada. Entre elas está uma da oposição que concede autorização para que o governo amplie o aumento para 10,67%, considerando perdas inflacionárias de 2022 e 2023.

Na prática, a movimentação realizada na Assembleia Legislativa deixou a votação do PL 2.309/2024 suspensa. Neste período, servidores devem seguir planejando estratégias de protestos e os parlamentares ganham mais tempo para negociações. Há expectativa de aprovação do projeto nesta semana, com ou sem alteração no percentual de 3,62% oferecido.

Em nota divulgada quando enviou o projeto à Assembleia, o governo informou que mesmo diante da "delicada situação fiscal do estado", o Executivo faz esforços para "garantir a revisão geral da remuneração dos servidores, dentro do possível, considerando a disponibilidade de caixa".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3